



Na decisão, foi determinada a suspensão imediata do site

Justiça concede liminar ao MPRR e determina suspensão de site

A Justiça de Roraima deferiu pedido de tutela cautelar antecedente apresentado pelo Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR) e determinou a suspensão imediata do site e dos perfis em redes sociais utilizados pela empresa Câmara da Justiça Arbitral de Roraima Ltda., que se apresentava como Tribunal de Mediação e Conciliação da Justiça Arbitral (TMCJA), e por seu sócio-administrador, Moisés Alejandro Garcia Rosales. Na decisão liminar, o Juízo da 3ª Vara Cível de Boa Vista reconheceu a presença dos requisitos para concessão da medida de urgência, ao considerar que há indícios de prática de publicidade enganosa, com potencial para induzir consumidores e a coletividade em erro quanto à verdadeira natureza da instituição. A ação cautelar foi ajuizada pelo MPRR após investigação identificar a utilização de site e perfis em redes sociais para divulgação de serviços.

1ª Semana do Sistema Eletrônico de Votação

Com o objetivo de aproximar a Justiça Eleitoral da sociedade e reforçar a transparência do voto, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE do Pará) iniciou a programação da 1ª Semana Nacional do Sistema Eletrônico de Votação, promovida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A atividade de abertura ocorreu na Escola de Comunicação Papa Francisco, no bairro do Marco, em Belém, onde alunos e técnicos puderam ver a urna eletrônica por dentro, sanando dúvidas sobre a segurança do equipamento.



TRE do Pará abriu a urna eletrônica para os estudantes

Expofeira de Macapá já tem rainha

Iza Estrela, Nylla Rodrigues e Edilane Rocha foram as vencedoras do concurso Rainha da Expofeira 2026. As apresentações das sete candidatas ao título ocorreram na noite do último domingo (9) no Parque de Exposições da Fazendinha, em Macapá. O tradicional concurso coroa a nova rainha que vai representar a feira até a edição de 2027. Além do título, as ganhadoras recebem valores em dinheiro. Durante o concurso, as antigas rainhas da Expofeira voltaram à passarela para mais uma apresentação.

El Niño altera calendário de roças em Roraima

Comunidades indígenas de Roraima mudaram o período de plantio das roças devido à preocupação com os efeitos do El Niño. A alteração do clima tem provocado períodos de seca e chuva fora do padrão, dificultando o preparo da terra e o cultivo periódico da região. Agricultores relatam mudanças na rotina e buscam adaptar o calendário para reduzir perdas nas plantações.

Deúncia

O Ministério Público de Rondônia (MPRO) denunciou um dentista de Porto Velho por suspeita de transmitir HIV de forma consciente a mulheres com quem se relacionava. Quatro vítimas tiveram a contaminação confirmada e receberam atendimento do Núcleo de Atendimento às Vítimas. O investigado está preso preventivamente.

Justiça

O Superior Tribunal de Justiça reconheceu dano moral coletivo ambiental pela retirada ilegal de palmeiras de babaçu em uma propriedade rural de Tocantins. O caso ocorreu em 2017 e foi levado à Justiça pelo Ministério Público do Tocantins. A Corte entendeu que recuperar a área não elimina a obrigação de indenizar pelos prejuízos causados.

Saúde

O Amazonas registrou queda de 92% nas mortes por vírus respiratórios em 2026, segundo dados da Secretaria de Estado de Saúde. Crianças de até 4 anos concentram 60% dos casos. O boletim aponta redução nas infecções e internações, mas mantém o alerta para o público infantil. A circulação de influenza segue monitorada.

Publicação

A Universidade do Acre lançou uma publicação digital com o balanço das ações da administração superior entre 2018 e 2026. A revista reúne 124 páginas divididas em 10 capítulos e registra projetos, medidas e resultados do período em que Guida Aquino esteve à frente da Reitoria. O material foi apresentado em 6 de agosto.

Educação

O Governo Federal encaminhou proposta para transformar o campus da Universidade do Amapá (Unifap) em Oiapoque na Universidade Federal da Fronteira Norte (Unifron). O texto prevê que os cerca de 1.200 estudantes sejam incorporados à nova instituição. A unidade ficará vinculada ao Ministério da Educação e terá sede no município.

Pesquisa

A terceira versão do Zoneamento Ecológico do Estado do Acre reúne dados sobre recursos naturais, economia e população para orientar o uso do território. O estudo aponta áreas abertas com potencial para milho e soja em Plácido de Castro, Senador Guiomar, Acrelândia e Capixaba. A pesquisa indica 380 mil hectares de pastagens degradadas.



A ação alcança rios, terras indígenas e unidades de conservação

Justiça é acionada para conter garimpo no Amazonas

Órgão aponta falhas na fiscalização e pede ações contínuas no estado

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública para que a Justiça determine medidas permanentes de combate ao garimpo ilegal no Amazonas. O pedido envolve a criação de uma estrutura de coordenação entre órgãos públicos, calendário anual de operações, bases fixas de fiscalização e reforço de pessoal e equipamentos.

A ação alcança rios, terras indígenas e unidades de conservação entre o Vale do Javari e o rio Abacaxis. União, Estado do Amazonas, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) são citados no processo.

Entre as medidas solicitadas está a criação de uma sala de situação permanente. O MPF também pede um plano estadual de enfrentamento ao garimpo, protocolo para prisões em flagrante, participação permanente da Polícia Militar do Amazonas e do Ipaam nas operações e apoio das Forças Armadas. A ação requer ainda bases no Vale do Javari e nos rios Madeira, Japurá, Puruê e Abacaxis.

O MPF também cita a contaminação por mercúrio, o aumento de ameaças e a ligação do garimpo com organizações criminosas.

Estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) apontou níveis acima do limite de segurança em 21,3% das amostras de peixes analisadas em seis estados amazônicos. Entre mulheres e crianças Yanomami de Maturacá e Ariabu, 56% apresentaram contaminação acima dos parâmetros de referência.

Segundo a ação, órgãos públicos relataram limitações de pessoal e estrutura.

O Ibama informou ter 26 agentes ambientais federais no Amazonas. A Polícia Militar declarou não possuir meios fluviais próprios para patrulhamento.

O Ipaam informou não ter realizado ações de fiscalização em 2024.

Antes da ação judicial, o MPF realizou audiências públicas em outubro de 2025 e expediu recomendação a 15 instituições. Mais de sete meses depois, segundo o processo, as medidas propostas não haviam sido implementadas. Em caráter de urgência, a coordenação deverá ser criada em até 60 dias e o calendário de operações apresentado em 90 dias.